

No. 54876*

**Argentina
and
Portugal**

Memorandum of Understanding between the Argentine Republic and the Portuguese Republic concerning a working holiday programme. Buenos Aires, 13 June 2017

Entry into force: *13 June 2017 by signature, in accordance with article 11*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Argentina, 23 January 2018*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Argentine
et
Portugal**

Mémorandum d'accord entre la République argentine et la République portugaise relatif au programme vacances-travail. Buenos Aires, 13 juin 2017

Entrée en vigueur : *13 juin 2017 par signature, conformément à l'article 11*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : *Argentine, 23 janvier 2018*

**Aucun numéro de volume n'a encore été attribué à ce dossier. Les textes disponibles qui sont reproduits ci-dessous sont les textes originaux de l'accord ou de l'action tels que soumis pour enregistrement. Par souci de clarté, leurs pages ont été numérotées. Les traductions qui accompagnent ces textes ne sont pas définitives et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

ENTRE

A REPÚBLICA ARGENTINA

E

A REPÚBLICA PORTUGUESA

SOBRE UM PROGRAMA DE FÉRIAS E TRABALHO

A República Argentina e a República Portuguesa (doravante denominadas “os Signatários”);

Com o desejo de promover uma maior cooperação entre ambos os Estados; e

Desejosos de facilitar a concessão mútua de vistos/autorizações aos jovens de ambos os Estados que tenham a intenção de passar férias ou realizar turismo no território do outro Estado, oferecendo-lhes a oportunidade de obter um emprego remunerado de curto prazo com o objetivo de ajudá-los nas despesas de sua estadia, aumentar sua experiência laboral e melhorar seu conhecimento do idioma, cultura e sociedade do outro Estado;

Acordaram o presente Memorando de Entendimento sobre um Programa de Férias e Trabalho (doravante denominado “o Programa”):

ARTIGO 1

Cada Signatário, de conformidade com seu ordenamento jurídico, concederá aos cidadãos do outro Signatário um visto/uma autorização adequado(a) para férias e trabalho, de múltiplas entradas, com prazo de permanência de doze (12) meses a partir do momento de sua primeira entrada ao território do outro Signatário, desde que cumpram com os seguintes requisitos no momento de apresentar a solicitação:

- (a) Ser cidadãos argentinos que residam habitualmente na República Argentina ou cidadãos portugueses que residam habitualmente na República Portuguesa;
- (b) Ter entre dezoito (18) e trinta (30) anos de idade, ambos inclusive;
- (c) Não viajar acompanhados por familiares a seu cargo;
- (d) Possuir passaporte válido de sua nacionalidade;
- (e) Estar habilitados com qualificação de nível superior ou ter completado com sucesso pelo menos dois (2) anos de estudos universitários;
- (f) Não haver participado anteriormente deste Programa;
- (g) Possuir um bilhete de regresso ou fundos suficientes para comprá-lo;
- (h) Contar com fundos razoavelmente suficientes para manter-se durante o período inicial de sua estadia, a critério da autoridade consular competente;
- (i) Cumprir os requisitos de saúde, tal como especificados no Direito interno do Signatário de acolhimento;
- (j) Pagar as tarifas e taxas previstas para a solicitação de visto;
- (k) Contar durante toda sua estadia com um seguro de acidentes e saúde válido e completo que cubra as despesas de hospitalização e de repatriação em caso de doença ou falecimento; e
- (l) Não possuir antecedentes criminais.

ARTIGO 2

Os cidadãos de cada um dos Signatários que desejarem obter um visto adequado para férias e trabalho deverão solicitá-lo diante de uma representação diplomática ou consular do outro Signatário.

ARTIGO 3

Cada Signatário concederá aos requerentes que cumpram todos os requisitos, em conformidade com os instrumentos do seu ordenamento jurídico interno, nomeadamente visto/autorização que permita a entrada e permanência no seu país por um período total de doze (12) meses. Durante esse período e sob reserva das leis do Signatário de acolhimento, os titulares estão autorizados a sair do país e a voltar a ele utilizando o mesmo visto/autorização.

ARTIGO 4

O acesso a um emprego para o titular de um visto/autorização concedido no âmbito deste Memorando é um aspecto circunstancial da estadia e não seu objetivo principal. Os participantes deste Programa não deverão trabalhar durante sua estadia mais de seis (6) meses em total nem ter um emprego permanente, e poderão realizar um ou vários cursos de formação ou aperfeiçoamento de uma duração total de até seis (6) meses.

ARTIGO 5

Os cidadãos dos Signatários que tenham entrado ao território do outro Signatário com um visto/autorização concedido no marco deste Memorando deverão cumprir durante sua estadia com as disposições legais vigentes em tal território.

ARTIGO 6

Em conformidade com o ordenamento jurídico de ambos os Signatários, poderá recusar-se qualquer solicitação de visto/autorização apresentada no âmbito deste Memorando, e poderá negar-se a entrada no país ou repatriar-se uma pessoa que participe no Programa, com respeito pelos direitos fundamentais e os princípios gerais do direito internacional.

ARTIGO 7

Sob reserva do disposto neste Memorando de Entendimento, cada Signatário concederá, anualmente, de acordo com o Direito Interno e os procedimentos do seu Estado, no máximo cem (100) vistos/autorizações de entradas múltiplas para férias e trabalho, válidos para uma permanência temporária total de doze (12) meses.

Os Signatários apenas deverão permitir que os jovens cidadãos que cumpram os requisitos do outro Signatário beneficiem da aplicação deste Memorando de Entendimento uma única vez.

ARTIGO 8

1. O presente Memorando poderá ser revisto dois (2) anos depois da data da entrada em vigor na sequência de solicitação nesse sentido de qualquer um dos Signatários.
2. Por iniciativa de qualquer um dos Signatários e mediante acordo mútuo poderão realizar-se modificações e aditamentos ao presente Memorando, os quais se formalizarão mediante a troca de notas diplomáticas.

ARTIGO 9

Qualquer dos Signatários poderá suspender temporariamente o presente Memorando, no todo ou em parte, por motivos de segurança, ordem, ou saúde pública. Da suspensão notificar-se-á a outra Parte através de via diplomática com uma antecedência de no mínimo trinta (30) dias, especificando a data na qual começará e, quando possível, a duração da mesma.

ARTIGO 10

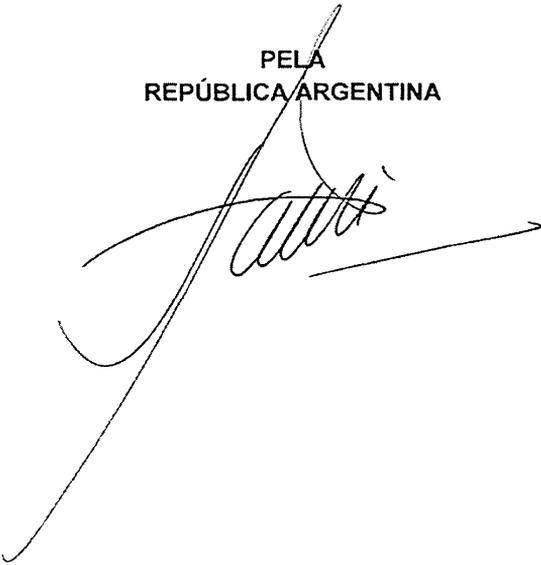
Qualquer controvérsia relacionada com a interpretação ou aplicação do presente Memorando será solucionada através de consultas entre os Signatários pela via diplomática, devendo o Signatário interpelado responder no prazo de sessenta (60) dias.

ARTIGO 11

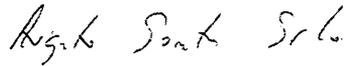
1. O presente Memorando entrará em vigor a partir da data da sua assinatura.
2. Qualquer um dos Signatários poderá denunciar o presente Memorando mediante notificação ao outro Signatário por via diplomática com no mínimo três (3) meses de antecedência.
3. Sem prejuízo da suspensão ou término do presente Memorando, qualquer pessoa titular de um visto/uma autorização adequado para férias e trabalho válido no momento do término ou suspensão, está autorizada a entrar e/ou permanecer no território do outro Signatário e desenvolver uma atividade laboral até à finalização da validade do visto/autorização.

Feito em Buenos Aires, no dia 13 de junho de 2017, em dois exemplares originais em idioma espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA
REPÚBLICA ARGENTINA



PELA
REPÚBLICA PORTUGUESA



[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO

ENTRE

LA REPÚBLICA ARGENTINA

Y

LA REPÚBLICA PORTUGUESA

SOBRE UN PROGRAMA DE VACACIONES Y TRABAJO

La República Argentina y la República Portuguesa (en adelante, "los Signatarios");

Con el deseo de promover una mayor cooperación entre ambos Estados; y

Deseosos de facilitar el otorgamiento mutuo de visas/autorizaciones a los jóvenes de ambos Estados que tengan la intención de vacacionar o realizar turismo en el territorio del otro Estado, ofreciéndoles la oportunidad de obtener un empleo remunerado de corto plazo a fin de ayudarlos a solventar los gastos de su estadía, acrecentar su experiencia laboral y mejorar su conocimiento del idioma, la cultura y la sociedad del otro Estado;

Han acordado el presente Memorándum de Entendimiento sobre un Programa de Vacaciones y Trabajo (en adelante denominado "el Programa"):

ARTÍCULO 1

Cada Signatario, de conformidad con su ordenamiento jurídico, otorgará a los ciudadanos del otro Signatario una visa/autorización adecuada para vacaciones y trabajo, de entradas múltiples, con un plazo de permanencia de doce (12) meses a partir del momento de su primera entrada al territorio del otro Signatario, siempre que cumplan con los requisitos siguientes al momento de presentar la solicitud:

- (a) Ser ciudadanos argentinos que residan habitualmente en la República Argentina o ciudadanos portugueses que residan habitualmente en la República Portuguesa;
- (b) Tener entre dieciocho (18) y treinta (30) años de edad, ambos inclusive;
- (c) No viajar acompañados por familiares a su cargo;
- (d) Poseer un pasaporte válido de su nacionalidad;
- (e) Contar con educación de nivel superior o haber completado satisfactoriamente al menos dos (2) años de estudios universitarios;
- (f) No haber participado anteriormente en este Programa;
- (g) Poseer un pasaje de regreso o fondos suficientes para adquirirlo;
- (h) Contar con fondos razonablemente suficientes para mantenerse durante el período inicial de su estadía, a criterio de la autoridad consular competente;
- (i) Cumplir con los requisitos de salud que establezca el derecho interno del Signatario receptor;
- (j) Abonar los aranceles y tasas previstos para la solicitud de visa;
- (k) Contar durante toda su estancia con un seguro de accidentes y enfermedad válido y completo que cubra los gastos de hospitalización y de repatriación en caso de enfermedad o fallecimiento; y
- (l) No poseer antecedentes penales.

ARTÍCULO 2

Los ciudadanos de cada uno de los Signatarios que deseen obtener una visa adecuada para vacaciones y trabajo deberán solicitarla ante una representación diplomática o consular del otro Signatario.

ARTÍCULO 3

Cada Signatario otorgará a los solicitantes que cumplan con todos los requisitos, de conformidad con los instrumentos de su ordenamiento jurídico interno, visa o autorización que permita su entrada y permanencia en el país del Signatario por un plazo total de doce (12) meses. Durante este período y, bajo reserva de las leyes del Signatario receptor, los titulares estarán autorizados a salir del país y regresar con la misma visa/autorización.

ARTÍCULO 4

El acceso a un empleo para el titular de una visa/autorización otorgada en el marco de este Memorándum es un aspecto circunstancial de la estadía y no su objetivo principal. Los participantes de este Programa no deberán trabajar durante su estadía más de seis (6) meses en total ni tener un empleo permanente, y podrán realizar uno o varios cursos de formación o perfeccionamiento de una duración total de hasta seis (6) meses.

ARTÍCULO 5

Los ciudadanos de los Signatarios que hayan entrado al territorio del otro Signatario con una visa/autorización otorgada en el marco de este Memorándum deberán cumplir durante su estadía con las disposiciones legales vigentes en dicho territorio.

ARTÍCULO 6

De conformidad con el ordenamiento jurídico de ambos Signatarios, podrá rechazarse cualquier solicitud de visa/autorización presentada en el marco de este Memorándum, y podrá denegarse la entrada al país o repatriarse a una persona que participe del Programa, respetando los derechos fundamentales como también los principios generales del derecho internacional.

ARTÍCULO 7

Bajo reserva de lo dispuesto en el presente Memorándum de Entendimiento, cada Signatario concederá, de conformidad con su derecho interno y los procedimientos correspondientes de su Estado, un máximo de cien (100) visas/autorizaciones de entradas múltiples para vacaciones y trabajo, válidas para una estadía temporaria de doce (12) meses.

Los Signatarios deberán permitir que los jóvenes ciudadanos que cumplan con los requisitos del otro Signatario se beneficien con la aplicación del presente Memorándum de Entendimiento una única vez.

ARTÍCULO 8

1. El presente Memorándum podrá revisarse después de dos (2) años de la fecha de entrada en vigor y en lo sucesivo a solicitud de cualquiera de los Signatarios.
2. Por iniciativa de cualquiera de los Signatarios y mediante acuerdo mutuo se podrán realizar modificaciones y agregados al presente Memorándum, los que se formalizarán mediante el intercambio de notas reversales.

ARTÍCULO 9

Cualquiera de los Signatarios podrá suspender temporariamente el presente Memorándum, en todo o en parte, por razones de seguridad, orden o salud públicos. Toda suspensión se notificará al otro Signatario por la vía diplomática con una anticipación de al menos treinta (30) días, especificando la fecha en la que comenzará y, cuando sea posible, la duración de la misma.

ARTÍCULO 10

Cualquier controversia relacionada con la interpretación o aplicación del presente Memorándum será solucionada a través de consultas entre los Signatarios por la vía diplomática, debiendo el Signatario correspondiente responder dentro de los sesenta (60) días.

ARTÍCULO 11

1. El presente Memorándum entrará en vigor a partir de la fecha de su firma.
2. Cualquiera de los Signatarios podrá denunciar el presente Memorándum mediante notificación al otro por la vía diplomática con una anticipación mínima de tres (3) meses.
3. Sin perjuicio de la suspensión o terminación del presente Memorándum, cualquier persona titular de una visa/autorización adecuada para vacaciones y trabajo válida al momento de la terminación o suspensión estará autorizada a entrar y/o permanecer en el territorio del otro Signatario y desarrollar una actividad laboral hasta el término de validez de la visa/autorización.

Hecho en Buenos Aires, el día 13 de junio de 2017, en dos originales en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR
LA REPÚBLICA ARGENTINA



POR
LA REPÚBLICA PORTUGUESA

Augusto Santos Silva

[TRANSLATION – TRADUCTION]

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING BETWEEN THE ARGENTINE
REPUBLIC AND THE PORTUGUESE REPUBLIC CONCERNING A WORKING
HOLIDAY PROGRAMME

The Argentine Republic and the Portuguese Republic (hereinafter referred to as “the Signatories”),

Desiring to promote greater cooperation between the two States, and

Wishing to facilitate the mutual granting of visas/authorizations to young people of the two States who intend to vacation or engage in tourism in the territory of the other State by offering them the opportunity to obtain short-term gainful employment in order to help them meet the costs of their stay, enhance their work experience and improve their knowledge of the language, culture and society of the other State,

Have agreed to this Memorandum of Understanding concerning a working holiday programme (hereinafter referred to as “the Programme”):

Article 1

Each Signatory, in accordance with its legal system, shall grant to nationals of the other Signatory a multiple-entry working holiday visa/authorization valid for a stay of 12 months from the date of first entry into the territory of the other Signatory, provided that at the time of application they meet the following requirements:

- (a) They are Argentine citizens ordinarily residing in the Argentine Republic or Portuguese citizens ordinarily residing in the Portuguese Republic;
- (b) They are between 18 and 30 years of age, both inclusive;
- (c) They are not accompanied by dependent family members;
- (d) They possess a valid passport of their nationality;
- (e) They have a post-secondary education or have satisfactorily completed at least two years of university studies;
- (f) They have not previously taken part in the Programme;
- (g) They have a return ticket or sufficient funds to buy such ticket;
- (h) They have reasonably sufficient funds to support themselves during the initial period of their stay, as determined by the competent consular authority;
- (i) They meet the health requirements established under the domestic law of the receiving Signatory;
- (j) They pay the fees and charges for their visa application;
- (k) They have comprehensive accident and health insurance valid for the duration of their stay, covering the cost of hospitalization and of repatriation in the event of illness or death; and
- (l) They have no criminal record.

Article 2

Nationals of either Signatory seeking a working holiday visa shall submit an application to a diplomatic or consular office of the other Signatory.

Article 3

Each Signatory shall grant to applicants who meet all the requirements, in accordance with the provisions of the Signatory's domestic legal system, a visa or authorization permitting entry and stay in the Signatory country for a total of 12 months. During this period and subject to the laws of the receiving Signatory, visa holders shall be authorized to leave the country and return with the same visa/authorization.

Article 4

Access to employment for the holder of a visa/authorization granted under this Memorandum shall be a circumstantial aspect of the stay and not its primary purpose. Participants in this Programme shall not work for more than six months in total during their stay and shall not hold permanent employment; they may take one or more training or advanced training courses for a total duration of up to six months.

Article 5

Citizens of the Signatories who have entered the territory of the other Signatory with a visa/authorization granted pursuant to this Memorandum shall comply during their stay with the legal provisions in force in that territory.

Article 6

Either of the two Signatories may reject any application for a visa/authorization submitted under this Memorandum, or refuse entry to or repatriate a person participating in the Programme, in accordance with its legal system and with respect for fundamental rights and general principles of international law.

Article 7

Subject to the provisions of this Memorandum of Understanding, each Signatory shall grant, in accordance with its domestic laws and the relevant procedures of its State, a maximum of 100 multiple-entry working holiday visas/authorizations valid for a temporary stay of 12 months.

The Signatories shall allow young citizens who meet the requirements of the other Signatory to benefit from the application of this Memorandum of Understanding on a one-time basis.

Article 8

1. This Memorandum may be revised after two years from the date of its entry into force and thereafter at the request of either Signatory.

2. Amendments and additions may be made to this Memorandum at the initiative of either of the Signatories and by mutual agreement; such amendments and additions shall be formalized through the exchange of diplomatic notes.

Article 9

Either Party may temporarily suspend this Memorandum, in whole or in part, for reasons of public security, public order or public health. Any suspension shall be notified to the other Signatory through the diplomatic channel at least 30 days in advance, specifying the date on which the suspension will commence and, where possible, its duration.

Article 10

Any dispute relating to the interpretation or application of this Memorandum shall be settled by means of consultations between the Signatories through the diplomatic channel; the relevant Signatory shall respond within 60 days.

Article 11

1. This Memorandum shall enter into force on the date of its signature.

2. Either Signatory may terminate this Memorandum by notifying the other through the diplomatic channel at least three months in advance.

3. Notwithstanding the suspension or termination of this Memorandum, any person holding a valid working holiday visa/authorization at the time of termination or suspension shall be authorized to enter and/or remain in the territory of the other Signatory and engage in employment until the expiry of the visa/authorization.

DONE at Buenos Aires on 13 June 2017 in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Argentine Republic:

[SIGNED]

For the Portuguese Republic:

[SIGNED]

[TRANSLATION – TRADUCTION]

MÉMORANDUM D'ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE ET LA
RÉPUBLIQUE PORTUGAISE RELATIF AU PROGRAMME VACANCES-
TRAVAIL

La République argentine et la République portugaise (ci-après dénommées les « Signataires »),

Désireuses de promouvoir une plus grande coopération entre leurs deux États ;

Souhaitant faciliter l'octroi mutuel de visas/d'autorisations aux jeunes des deux États qui ont l'intention de passer des vacances ou de faire du tourisme sur le territoire de l'autre État en leur donnant la possibilité d'obtenir un emploi rémunéré de court terme afin de les aider à couvrir le coût de leur séjour, à enrichir leur expérience professionnelle ainsi qu'à améliorer leur connaissance de la langue, de la culture et de la société de l'État dans lequel ils se rendent ;

Sont convenues du présent Mémoire d'accord relatif au programme vacances-travail (ci-après dénommé le « programme ») :

Article premier

Chaque Signataire, conformément à son système juridique, accorde un visa/une autorisation de séjour vacances-travail permettant des entrées multiples et valable pour une durée de douze mois à compter de la date de première entrée sur son territoire aux ressortissants de l'autre Signataire, pour autant que les conditions suivantes soient remplies au moment de la demande :

- a) Les demandeurs sont des citoyens argentins qui résident habituellement en République argentine ou des citoyens portugais qui résident habituellement en République portugaise ;
- b) Ils sont âgés d'au moins 18 ans et de 30 ans maximum ;
- c) Ils ne sont pas accompagnés de membres de leur famille se trouvant à leur charge ;
- d) Ils possèdent un passeport valide accordé par le pays dont ils détiennent la nationalité ;
- e) Ils ont reçu un enseignement postsecondaire ou sont parvenus de manière satisfaisante au terme d'au moins deux années d'études universitaires ;
- f) Ils n'ont jamais participé au programme ;
- g) Ils sont en possession d'un billet de retour ou des ressources suffisantes pour en acheter un ;
- h) Ils disposent de fonds pouvant raisonnablement suffire à subvenir à leurs besoins au début de leur séjour, selon l'appréciation de l'autorité consulaire compétente ;
- i) Ils satisfont les exigences en matière de santé fixées en vertu du droit interne du Signataire qui les reçoit ;
- j) Ils assument les frais et les dépenses liés à leur demande de visa ;
- k) Ils ont souscrit une assurance accident et maladie complète qui couvre la durée de leur séjour ainsi que les frais d'hospitalisation et de rapatriement en cas de maladie ou de décès ;
- l) Ils n'ont pas de casier judiciaire.

Article 2

Les ressortissants de chaque Signataire qui souhaitent obtenir un visa vacances-travail doivent soumettre une demande auprès d'un bureau diplomatique ou consulaire de l'autre Signataire.

Article 3

Chaque Signataire accorde, conformément aux dispositions de son système juridique interne, un visa ou une autorisation permettant d'entrer et de séjourner sur son territoire et valable pour une durée totale de douze mois aux demandeurs qui remplissent toutes les conditions. Pendant cette période et sous réserve de la législation du Signataire qui les reçoit, les détenteurs de visa sont autorisés à quitter le pays et à y revenir avec le même visa/la même autorisation.

Article 4

L'accès à l'emploi des demandeurs qui ont reçu un visa/une autorisation en application du présent Mémorandum d'accord dépend des circonstances de leur séjour et n'en constitue pas l'objectif principal. Les participants au présent programme ne sont pas autorisés à travailler pour une durée totale de plus de six mois au cours de leur séjour et ne doivent pas occuper un emploi permanent. Ils peuvent suivre une ou plusieurs formations ou des formations avancées dont la durée totale ne peut dépasser six mois.

Article 5

Les citoyens de chaque Signataire entrés sur le territoire de l'autre Signataire avec un visa/une autorisation qu'ils détiennent en application du présent Mémorandum d'accord se conforment aux dispositions juridiques en vigueur sur ce territoire pendant la durée de leur séjour.

Article 6

Chacun des deux Signataires peut rejeter les demandes de visa/d'autorisation soumises dans le cadre du présent Mémorandum d'accord ou refuser l'entrée ou le rapatriement d'une personne participant au programme, conformément à son système juridique et dans le respect des droits fondamentaux ainsi que des principes généraux du droit international.

Article 7

Sous réserve des dispositions du présent Mémorandum d'accord, chaque Signataire accorde, conformément à sa législation interne et aux procédures applicables de son État, un maximum de 100 visas/autorisations de séjour vacances-travail permettant des entrées multiples et valables pour un séjour temporaire de douze mois.

Chaque Signataire permet aux jeunes citoyens qui remplissent les conditions établies par l'autre Signataire de bénéficier une fois de l'application du présent Mémorandum d'accord.

Article 8

1. Le présent Mémorandum d'accord peut être révisé au terme d'un délai de deux ans à compter de sa date d'entrée en vigueur et, par la suite, à la demande de l'un ou l'autre des Signataires.

2. À l'initiative de l'un ou l'autre des Signataires et d'un commun accord, le présent Mémorandum peut faire l'objet de modifications et d'ajouts qui seront officialisés par l'échange de notes diplomatiques.

Article 9

Chaque Signataire peut procéder à la suspension temporaire du présent Mémorandum d'accord en tout ou en partie pour des raisons de sécurité publique, d'ordre public ou de santé publique. L'autre Signataire est informé de ladite suspension au moins 30 jours à l'avance par une notification transmise par la voie diplomatique qui précise la date à laquelle la suspension commencera et, si possible, sa durée.

Article 10

Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Mémorandum d'accord est réglé au moyen de consultations organisées entre les Signataires par la voie diplomatique. Le Signataire consulté doit répondre dans un délai de 60 jours.

Article 11

1. Le présent Mémorandum d'accord entre en vigueur à la date de sa signature.

2. Chaque Signataire peut dénoncer le présent Mémorandum d'accord en adressant une notification à l'autre Signataire par la voie diplomatique au moins trois mois à l'avance.

3. Si l'un des Signataires suspend ou dénonce le présent Mémorandum d'accord, les personnes qui détiennent un visa/une autorisation de séjour vacances-travail valable au moment de la dénonciation ou de la suspension sont autorisées à entrer ou à rester sur le territoire de l'autre Signataire ainsi qu'à y exercer un emploi jusqu'à ce que leur visa/leur autorisation expire.

FAIT à Buenos Aires le 13 juin 2017 en deux exemplaires originaux rédigés en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République argentine :

[SIGNÉ]

Pour la République portugaise :

[SIGNÉ]